

FÓRUM ADMINISTRATIVO: Direito Público. Belo Horizonte: Fórum, ano 14, n. 159, maio 2014.

DOCTRINA

ARTIGOS

Doação de bens imóveis pela Administração Pública
André Luiz dos Santos Nakamura 9

Supremocracia ou administrocracia no novo direito público brasileiro?
Carlos Ari Sundfeld, Liandro Domingos 18

Breves apontamentos da evolução da responsabilidade civil do Estado Legislador na França e no Brasil
Emerson Affonso da Costa Moura 24

Novos rumos da Administração Pública eficiente – Participação administrativa, procedimentalização, consensualismo e as decisões colegiadas
Gabriela Costa Xavier 33

O princípio da eficiência e a demissão do servidor público por insuficiência de desempenho no cargo – Projeto de Lei Complementar nº 248, de 19 de outubro de 1998
Mariana Carnaes Ferreira 44

O princípio constitucional da programação orçamentária e a correção financeira das falhas de mercado como instrumentos de promoção do desenvolvimento econômico
Otacílio dos Santos Silveira Neto 62

DIRETO AO PONTO

Ação de improbidade administrativa sem provas é lícita?
Gina Copola 71

ORIENTAÇÕES PRÁTICAS FÓRUM ADMINISTRATIVO

Concessão de vale-refeição e cesta básica a servidores 73
Natureza de gratificação por trabalhos extraordinários 73

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

Mandado de segurança – Processo administrativo disciplinar – Decisão pelo arquivamento – Expedição de recomendação pelo Corregedor Nacional do CNMP – Forma indireta de punição – Violação do devido processo legal. Mandado de Segurança nº 31.306/DF 75

Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Mandado de segurança – Percepção indevida de diárias – Valores não vultuosos – Devolução espontânea de parte dos valores – Ausência de qualquer sanção em seus antecedentes funcionais – Pena de demissão – Desproporcionalidade configurada – Observância do art. 128, da Lei nº 8.112/90. Mandado de Segurança nº 19.991 - DF 78

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Constitucional – Administrativo – Servidor público – Revisão geral anual da remuneração – Art. 37, X, da CF/88 – Reajuste linear de 1% – Vantagem pecuniária individual revestida do caráter de revisão geral anual – Ganho real diferenciado entre os servidores públicos federais que recebiam menor remuneração (13,23%) – Ausência de óbice a concessão simultânea das vantagens – Utilização da mesma verba orçamentária. Apelação Cível nº 2009.34.00.026654-3/DF 83

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Constitucional – Administrativo – Concurso público – Cargo de Psicólogo a ser provido exclusivamente por candidatas do sexo feminino – Atribuições do cargo relacionada ao atendimento a mulheres vítimas de violência – Respeito ao princípio da isonomia. Apelação/Reexame Necessário nº 612631 87

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Concurso público – Agente e Delegado de Polícia Federal – Prova de capacidade física – Critérios – Ausência de discriminação por sexo ou faixa etária – Isonomia – Legalidade do Critério de convocação – Razoabilidade. Apelação Cível nº 0024847-90.1994.4.03.6100/SP 90

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Administrativo – Celebração de novo convênio entre a OAB/SC e o Estado de Santa Catarina – Prestação de serviço de assistência judiciária aos necessitados – Defensoria Pública Dativa – Exceção – Cumprimento dos ditames constitucionais relativos a instituição da Defensoria Pública Estadual – Nomeação de candidatos aprovados em concurso. Agravo de Instrumento nº 5028235-83.2013.404.0000/SC 97

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Improbidade administrativa – Concurso público – Fragilidade das provas destinadas a apresentarem a nulidade do certame – Suposta amizade íntima entre esposa do candidato classificado em primeiro lugar e o presidente da comissão do concurso – Convivência profissional não configura amizade íntima – Necessidade de a amizade íntima ser suficientemente provada de modo a demonstrar que tal vínculo desestabiliza a seriedade e imparcialidade do julgador – Inexistência de violação aos princípios da Administração Pública. Apelação Cível nº 568554/CE 100

LEGISLAÇÃO COMENTADA

Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 51)
Antônio Flávio de Oliveira 127